

EDUCAÇÃO JESUÍTICA: O SENTIDO DE REPRESENTAÇÃO DO COLÉGIO PRESENTE NAS ATAS DA CÂMARA DA VILA DE SÃO PAULO DO CAMPO NOS SÉCULOS XVI E XVII.

Wagner Montanhini¹
UNESP
wmontagnini@yahoo.com.br

RESUMO:

Adentrar o sentido de representação do Colégio jesuítico nos séculos XVI e XVII por intermédio das Atas e Registros da Câmara de São Paulo e a sua relação de cultura e poder é o objeto deste artigo. Sendo assim, analisaremos todo um corpus documental, enfocando o espaço da cultura da Corte portuguesa bem como o seu modo de ser, que se regia pela manifestação da sacralidade da sociedade quinhentista. Por fim, nos deteremos nos meios pelos quais a educação da Companhia de Jesus se rendia ao sentido de representação quando prestava auxílio aos interesses maiores da monarquia em jogo.

Palavras-chave: educação; Corte; cultura; Jesuítas; representação.

JESUITICAL EDUCATION: THE DIRECTION OF REPRESENTATION OF THE PRESENT COLLEGE IN ACTS OF THE CHAMBER OF THE VILLAGE OF SÃO PAULO DO CAMPO IN CENTURIES XVI AND XVII.

ABSTRACT:

This paper aimed to study the representation of the Jesuitical college, in the 16th century and 17th centuries, using for this some documents (Atas e Registros da Câmara de São Paulo), as well its relationship of culture and power. These documents are herein broadly analyzed focusing the cultural space of the Portuguese court as well the way they lived and its sacred aspects. Finally, the author pinpoints the Jesuitical education as the main base of the Portuguese culture in Brazil.

Key-words: education; Court; culture; Jesuit; representation.

Neste artigo, refletiremos sobre o sentido de representação do Colégio jesuítico, nos séculos XVI e XVII, por intermédio das Atas da Câmara de São Paulo, abordando o tema sob o ponto de vista da representação de cultura e poder do Colégio em si. Dessa forma, queremos enfatizar que o Colégio, além de dar educação ao jovem no que se refere aos conhecimentos creditados pela sociedade da época, desempenhava o papel de ser um importante pilar da cultura portuguesa dominante, além de ser uma fonte transmissora e mantenedora do ideal da Corte e do poder instaurado (PAIVA, 1988).

Com isso, nos lançamos diretamente aos seguintes questionamentos. Primeiro: qual a essência maior dessa cultura da Corte e de poder que faz girar a representação de força no Colégio? E, num segundo aspecto: o que de importante se presenciava na representação de Colégio pela documentação já vista?

Um primeiro aspecto se delineia no estudo da cultura portuguesa quinhentista. Procuraremos nos ater a um ponto relevante para o estudo em questão: a chamada estrutura cultural em que o universo das representações, que dá uma identidade

determinada tanto às pessoas como às coisas, se immortaliza. Dela nos referimos propriamente à sociedade portuguesa que se fez de séculos de vivência, à luz do entendimento cristão de mundo.

Ao nos questionarmos sobre a cultura portuguesa quinhentista, nos interrogamos, primeiramente, sobre o modo de ser que embala todo um corpo social em suas vivências. Aprofundar o seu entendimento histórico nos permitirá entender melhor a forma de ser português, tanto na metrópole quanto na colônia e, em especial, nas circunstâncias novas da Vila de São Paulo do Campo, bem como o sentido da estrutura social que ali se fazia².

Compreender o aspecto histórico-cultural de uma sociedade implica entender o funcionamento da dinâmica social no seu interior e, com ela, as composições que se praticavam no mundo colonial, bem como a forma de ser português no novo meio. Em razão disso é que temos Marshall SAHLINS afirmando que “*o problema agora pertinente é o de explodir o conceito de história pela experiência antropológica da cultura*”, para que se multipliquem “*nossos conceitos de história pelas diversidades de estruturas e, assim, de repente há um mundo de coisas novas a serem consideradas*” (1990: 94).

Tanto para o antropólogo Clifford GEERTZ (1989) quanto para o historiador Robert DARNTON (1980), para se analisar uma cultura se faz necessário, antes de mais nada, tomá-la em sua forma escrita, o que equivale a dizer que compreender uma cultura é igual a ler um texto, em nosso caso, os documentos das Atas da Câmara, os quais revelam uma cultura do ser português nas terras coloniais.

Na esteira da compreensão dos homens da época e de toda a cultura que proporcionou essa formação, buscaremos um entendimento de uma cultura portuguesa que aqui se instalava; uma mentalidade que perfazia seu mundo de idéias e ações; o homem que inicialmente desbravou o litoral e que aos poucos foi subindo as serras íngremes com destemor e determinação; o homem da aventura e o homem da fé. Muitos atuavam para que um mesmo entendimento de mundo se realizasse. Eram pessoas que aqui estavam para experienciar um partilhar da vida em novas circunstâncias. Era um aprender a ser itinerante.

Na cultura quinhentista portuguesa, que aqui testemunhamos nos documentos, se presencia toda uma estrutura mental na qual se revela um mundo de representações em que vai se tecendo algo de relevante para o homem: as identidades de tudo e de todos. Desta feita podemos dizer que:

Os dados objectivos só podem ser compreendidos no seu verdadeiro significado, quando integrados na mentalidade que os interpretou e que constitui uma criação específica, na escala de interesses e de finalidades que a sociedade estabelece. As relações humanas que experimentou para enfrentar a problemática onde cada sociedade se insere, imposta pelos seus vizinhos, pelos seus recursos, pelos seus meios tecnológicos, pelas propostas de vida que representam, nas formas de evidência que constroem para os seus anseios de eternidade e razão de vida, pela finalidade que atribuem à sua existência, pela sua ocupação do tempo, pelas relações de produção e mobilidade social que praticam, modo como se defendem e vêm o seu próximo, exprimem isso que chamamos de mentalidade (MACEDO, 1987:73)

Observamos que uma sociedade, no caso a portuguesa, é construída ao longo dos séculos vinculada à dimensão de uma compreensão viva do cristianismo. Era esse tipo de mentalidade que vemos em sua linha conceitual “*impregnada de Deus e para Ele voltada*” (PAIVA, 1988: 21). Tudo se realizava neste sentido, desde o poder do Papa e dos príncipes que se comungavam, fazendo com que a religião marcasse a vivência geral de todos os tipos de comportamento. Essa era a feição de uma mentalidade social regida pela alma da religião cristã, que moldava a sociedade e notabilizava a cultura portuguesa quinhentista. Era o século XVI testemunha viva do grande movimento das navegações e da revolução comercial, momento este que marca vivamente na sociedade portuguesa a religião e sua religiosidade em todos os atos dos homens. Um novo tipo de entendimento do mundo, o qual já passara pelas idéias plantadas pelo Renascimento e Humanismo, advém com as novas descobertas territoriais e os avanços da ciência, permanecendo inalterada, contudo, a linguagem religiosa e todo seu sentido semântico de ser religioso.

Para esta sociedade tudo estava imerso pela experiência de Deus em suas vidas e para Ele voltado. Um caminho de duas vias que se interligavam. De um lado, um mundo terreno formando uma organização social, de outro, perfazendo o caminho da ordem, a hierarquia, na qual as duas vias teciam o poder concentrado tanto nas mãos do Papa como nas de El-Rei.

O contexto social vivido explicitava essa ordem, ou seja, as relações de subordinação e de hierarquia. Todos que dele participavam entendiam que assim devia ser e assim agiam. Deus estabelecera o todo, distribuindo as competências, e cada qual se desincumbia da função que lhe era própria, e, nessa função, exercia a parte que lhe cabia segundo os desígnios de Deus. A função designava a posição de cada um no todo social.

Nesse universo da ordem não há uniformidade, igualdade das partes. As partes que compõe o todo são diferentes entre si, pela posição e pela competência, a hierarquia dando a razão das relações.

A existência no mundo da ordem cristã se regia pela magnificência da presença atuante de Deus. Ele era, com efeito, a presença maior da vida, da criação. Ele era quem dava, neste plano das coisas, um sentido universal. Todos tinham sua posição no mundo. Distanciar-se de tal harmonia era bater-se contra o plano divino e sua determinação.

a unidade dos objectivos da criação não exigia que as funções de cada uma das partes do todo na consecução desses objectivos fosse idêntica às outras. Pelo contrário, o pensamento medieval sempre se manteve firmemente agarrado à idéia de que cada parte do todo cooperava de forma diferente na realização do destino cósmico.”
(XAVIER; HESPANHA, 1993: 122)

Na dimensão do cosmos, as partes tinham suas disposições no trânsito de criação legado por Deus, cada qual “ocupando” um lugar próprio e, nestes termos, participando do jogo das relações. As partes, que compunham a dimensão do todo, desempenhavam suas respectivas funções em tal universo. Ordem significava, com efeito, o posicionamento da parte na configuração do todo estabelecido por Deus, resultando em uma subordinação, ou seja, implicando hierarquia:

o pensamento medieval sempre se manteve firmemente agarrado à idéia de que cada parte do todo cooperava de forma diferente na realização do destino cósmico. Por outras palavras, a unidade da criação era uma “unidade de ordenação” (“unitas ordinis”, “totum universale ordinatum”) – ou seja, uma unidade em virtude do arranjo das partes em vista de um fim comum – que não comprometia, antes pressupunha a especificidade e irredutibilidade dos objetivos de cada uma das “ordens da criação e , dentro da espécie humana, de cada grupo ou corpo social”. (XAVIER; HESPANHA, 1993:122)

As partes exprimiam o sentido coerente do todo realizando o sentido do divino, presença operante. O que se deve notar é que cada parte do todo comporta uma noção forte da totalidade. A sua idéia já era uma expressão do universal. Na composição de sua existência, na maneira de ser parte, já se situava viva, pois ela só passava realmente a existir na junção perfeita (aqui vem a idéia de harmonia) com outras partes, para exibir o todo, e ser o todo.

A histórica viva do universo, das ações e relações humanas bem como do mundo de suas instituições se vê tocada por essa compreensão. O mundo da religiosidade não era, como atualmente vivenciamos, um jeito de ser social. Ao contrário, era a maneira integral de ser de todos os comportamentos que os homens viviam. Era esse o caracterizar de uma cultura portuguesa quinhentista que brotava no mundo das colônias, onde a “*idéia de Império dependia da construção de uma lealdade política e estrita obediência as leis religiosas*” (RAMINELLI, 2001:228).

Isso pode ser verificado em várias passagens das Atas da Câmara de São Paulo em que tal expressividade discursiva da religiosidade estava embutida no dia-a-dia das manifestações pessoais dos que eram parte da vida da vila.

... guarde Deus a católica pessoa de Vossa Majestade ...” (R2 02.06.1653: 379)

... e ele o prometeu fazer como Deus lh’o der a entender e como Sua Majestade manda ... (R2 12.04.1637: .26)

... e prometeram de fazer verdade segundo Nosso Senhor lhe desse a entender ... (AI³ 06.01.1583: 199)

... dar juramento dos Santos Evangelhos ... // ... lhes foi dado juramento a cada um per si, e pôs a mão em um livro dos santos evangelhos e que cada um prometeu de fazer bem e verdadeiramente o seu ofício, o melhor que Nosso Senhor Deus lhes desse a entender e guardar em seus ofícios o segredo da justiça às partes ... (AI, 13.01.1577: 113)

Todos falavam em termos religiosos sendo que no interior dos discursos se manejava a fé fosse para guardar a El-rei, pedir entendimento divino ao regente, fazer prevalecer a verdade, pedir a Deus para guardar os ofícios de cada trabalhador e ser o bem do povo. O temor circunscrito a Deus podia ser presenciado antes de qualquer ato jurídico. Tudo isso era feito com naturalidade, pois a presença divina era sempre parte da vida das pessoas da vila fossem elas simples colonos ou eminentes cidadãos da coroa em seus ofícios. Ou seja, tudo era regulado pela mentalidade divina em suas expressividades

interiores. Nesta passagem, as pessoas se reuniram na Câmara para a discussão de certo assunto. Deus, entretanto, é o maior doador da vida de cada um:

foi posto em prática que eles todos estavam citados à petição do almoxarife de Sua Alteza por o dízimo do peixe de nove anos a esta parte, que porquanto eles eram libertos do pescado da cana (pesca com vara) por o foral desta capitania ... era necessário elegerem um homem que fosse à vila de Santos fazer com um escrivão ou os que a o caso um requerimento ao senhor provedor de Sua Alteza que mande receber os dízimos que até aqui são devidos que os moradores estão prestes para pagar o que dever cada um naquilo que Nosso Senhor Deus lhe dá e que outrossim recebam os que daqui por diante deverem (AI, 25.07.1576: 101).

O que podemos interpretar a partir de tal discurso é o poder da religião se manifestando na sociedade quinhentista com uma função de justificação total. O cristianismo é uma força avançada do Cristiano pelas novas terras. Com ele se lança toda uma ortodoxia de cultura reforçada pelo âmbito da reforma católica. Mas em que pesava esta justificação? No seu alto grau, no qual se situava o *status* religioso. Ou seja, em todo e qualquer enfoque pessoal da atividade dos homens, a maneira de se justificar galgava a ordem social vivida pelo cotidiano das pessoas, diferenciando desde senhores, povo simples, índios e escravos. Era a religião que justificava o cerne das instituições, adentrando em seus interiores de valores, leis, ética e moral. Era a sua manifestação única que justificava todo o universo da ordem por onde se movia a sociedade em que ela estivesse presente.

Mas tudo isso é gerado por uma outra lógica atuante no tempo e no contexto dos séculos XVI e XVII: a lógica do mundo mercantil. Nesse plano reside uma dualidade inerente ao mundo que estava a se fazer. De um lado, homens que levavam adiante o mundo mercantil e toda uma empresa dotada da dimensão comercial/colonial a qual efetuava uma ligação sutil com a empresa religiosa. De outro, uma empresa religiosa que possuía em si uma dinâmica ligada ao extrato mercantil, cuja essência estava amplamente ancorada no desejo e na força da necessidade construída ao longo de todo um contexto que foi se alargando com uma baixa Idade Média em crise econômica e as novas carências, procurando fincar domínios comerciais. Tal fato ajudou a deixar Portugal no ápice das navegações bem como o seu processo de novas descobertas. Isso proporcionou ao mundo uma revolução comercial, unindo essências sociais, culturais e econômicas, frutos do mundo da mercadoria em movimento. Com isso queremos dizer que a visão de mundo de Portugal, no século XVI, se restringe ao mercador.

As grandes viagens da era dos descobrimentos impulsionaram uma nova forma dos homens viverem em sociedade, com novos valores tanto sociais como individuais. O século XVI expressa um momento da história moderna em que se convive com os velhos valores aristocráticos ao lado de novos valores burgueses. A riqueza não é mais imóvel somente, baseada na quantidade das terras; agora ela é móvel, ela é o dinheiro, o metal que é conseguido via o comércio de mercadorias e vice-versa. Os deuses da história forjam um novo homem, que é decorrente de uma nova sociedade e de novas necessidades que não são nunca pessoais somente, mas, essencialmente, sociais. (COSTA, 2004:91)

O que se observa, com essa nova etapa do universo da mercadoria em trânsito, é como as conquistas vêm a lume e com elas todo um sistema de rotas comerciais, domínios e tudo o que vai sendo legado em termos de ganho aos cofres de Portugal bem como o poder se configurando tanto nos rumos do Estado, como em sua relação com a Igreja. Em Portugal, a coroa plantara um alicerce seguro e firme com a Igreja e com toda a sua adoção do sentido reformista católico, fazendo com que o ordenamento cristão fosse coeso com as dimensões de poder em jogo. Nessa caminhada “a espada do soldado ia a cruz do padre; junto com o poder militar iam as levadas dos soldados de Cristo; junto, enfim, com a cultura ocidental de corte ia a religião cristã (COSTA, 2005:107). Com isso podemos entender com Charles BOXER que :

essa união indissolúvel da Cruz e da Coroa estava exemplificada no exercício do Padroado real da Igreja no ultramar. Era uma das prerrogativas da Coroa mais ciosamente guardadas e tenazmente mantidas, e durante sua longa e tempestuosa história na luta pelas almas foi muitas vezes a causa de disputas árduas entre os missionários portugueses e os de outras nações católicas romanas. (2002: 242)

Igreja e Estado se uniam em nome de um bem comum que se consolidava em interesses particulares, mas unidos num só gesto: posse, domínio e poder. Do comércio a fé.

A expansão marítima tornou-se, enfim, um projeto muito mais ambicioso. Inicialmente, promovia a convivência entre credos como estratégia necessária para viabilizar o comércio. Depois atuava como conquista bélica, acompanhada de uma política cultural, indispensável para anexar territórios e almas. A idéia de Império dependia da construção de uma lealdade política e estrita obediência às leis religiosas. (RAMINELLI, 2001:228)

Além disso, cumpre ressaltar que todo o processo de expansão marítima tinha seu legado cristão fortemente institucionalizado pela égide missionária, equivalendo a riquezas conseguidas e violências sem fim adquiridas pela força da espada do ato da fé. A Companhia de Jesus não foi muito longe nesse sentido, tendo em seu cunho a ordem e a hierarquia militar de um poder de fé atuante contra gentios e infiéis.

A expansão marítima européia permitiu aos cristãos o contato com as mais diversas formas de religiosidade. No além-mar, os portugueses conheceram uma multiplicidade de costumes nunca antes imaginados. Nem mesmo Namdeville fora capaz de criar hábitos e ritos tão diversificados quanto àqueles observados pelos navegadores lusos ao longo das rotas. As navegações, portanto, não significaram apenas descobertas territoriais e multiplicação do tráfego comercial, mas também a convivência com bantos, malaios, tupinambás, chineses e japoneses. O confronto entre credos tornou-se freqüente na era dos descobrimentos. A experiência religiosa nos mares revelou-lhes novos costumes e valores que se somaram ao cotidiano europeu conturbado por perseguição aos judeus

e reforma luterana, intolerância responsável pelas guerras no coração da cristandade. Nesse sentido, se na Europa o convívio com a heterodoxia tornou-se insuportável, nos entrepostos ultramarinos as transações pautavam-se por uma velada tolerância, condição indispensável para o sucesso comercial, do empreendimento marítimo. (RAMINELLI, 2001:227)

Com isso vemos a existência sem limites da união consagrada entre todo o complexo de expansão comercial regido por um Estado político e o cristianismo, já que esse se firma nas almas e mentes de um povo, de uma nação em sua única identidade. E como diria Luis Filipe BARRETO: “... o cristianismo não é apenas consciência nacional como também a própria essência e lei da natureza humana” (1983:116)

Entender todo esse processo que rondava o século XVI português é entender, de certa forma, a colonização que imperava no Brasil como um projeto político ligado ao funcionamento de outras praças comerciais onde o Império se mantinha e que a empresa jesuíta alimentava de tal forma tanto no oriente como no ocidente, pois a instrumentalidade da ligação Coroa/Igreja se regia, quase que por completo, numa mesma batuta.

Não apenas o legado português se viu envolto nesta relação, mas o fator Ibérico com a Espanha também. Não podemos até nos esquecer que “ *os Reis Católicos expulsaram todos aqueles que não professassem na Espanha a fé católica e sentiram-se investidos da autoridade pontifícia para levar o Evangelho as novas terras descobertas*” (RUIZ, 2002:35) E como bem afirma Vicente D. SERRA que “ *o que confere ser e sentido a empresa colombina e que, por trás da rota empreendida, todo um povo se lança para transplantar consigo uma forma própria de cultura ..., todo um povo, com a cruz na mão esquerda e na direita, a espada*” (Así se hizo américa, Madrid, 1955,p.34).

CORTE E COMPANHIA DE JESUS: EDUCAÇÃO EM UM SÓ TOM.

O que havia na educação jesuítica que a tornava intocável no plano da Corte? É este o ponto fundamental para o qual chamamos a atenção em nossos estudos. Em primeiro lugar, o princípio maior da ordem, da hierarquia, como já assinalamos anteriormente. No que diz respeito às *Constituições*, que sistematizavam e governavam o modo de ser da Companhia de Jesus, e ao *Ratio Studiorum*, que se ligava aos estudos, o aspecto primordial é a hierarquia. Neste sentido, a imagem da hierarquia possuía como contraponto a face da obediência a qual os súditos tinham a cultura do referenciar. Com isso temos as partes que formam um sistema, que já se via identificado pelo orbe da disciplina, a paixão da Ordem pelo momento maior que vivia o século XVI, o processo da reforma e da contra-reforma, denotando a emergência de uma renovação da Igreja. Dessa forma, no vemos frente a uma visão de mundo que contempla a linha hierárquica, legando com isso a centralização do poder, o que sustem a manutenção de toda uma ordem estabelecida, valores que se tornam uniformes e a sua total invariância dos valores culturais estabelecidos, das mentalidades, de tudo que se refere ao sistema de normas e legalidade bem como da esfera das instituições.

Em segundo lugar, vemos que toda essa contemplação de ordem e hierarquia da Companhia de Jesus se mostrava aos olhos da Corte pouco tempo depois da fundação da Ordem por Inácio de Loyola. Em pleno governo de D.João III, os padres da

Companhia estavam presentes constantemente no interior da Corte e buscavam influenciar nos negócios de Estado. No governo de D. Sebastião, já são eles detentores de um poder político forte junto a El-rei e a alguns setores da aristocracia, ligando-se também ao mundo educacional (AMBIRES, 2000: 34), sendo este o caso da Universidade de Coimbra, que não era de origem jesuíta. Devido à “uma grande animosidade entre os professores da Universidade e os do Colégio das Artes por serem de escolas e formação diferentes” ocorreram “acusações de heresia e o processo inquisitorial que se seguiu afugentaram os melhores mestres da Universidade” deu-se, então, a “direcção do Colégio”, iniciando assim “o único movimento intelectual da Universidade que durante os séculos XVI e XVII teve alguma audiência na Europa: o da chamada "escola de Coimbra"” (ALBUQUERQUE, 1979) Além disso, temos que Portugal é o único Estado europeu que em sua história teve a presença de um monarca jesuíta – o Cardeal D. Henrique, que governou no período entre a morte de D. Sebastião e o início do domínio filipino (1578 a 1580)(AMBIRES, 2000: 34). Com isso vemos que uma estreita relação se firmava no, século XVI, entre os jesuítas e a Corte (BOM MEIHY, 1982). Para o historiador português Oliveira Martins, “*Portugal tornou-se o baluarte da Companhia, e a dinastia de Bragança, obra dela, foi o seu melhor pupilo*” (MARTINS, 1882:87) sendo este um dos aspectos de maior relevância para o início da decadência do Império português. Dessa forma, o que se nota é uma Companhia de Jesus se ligando ao processo de Estado em seu viés político, assumindo os brasões da difusão do Império da fé nas colônias em toda a sua extensão (AMBIRES, 2000: 26)

Cabe enfatizar ainda uma terceira intenção pela qual a Corte preferiu a Companhia de Jesus junto a si, e que foi basicamente a sua forma de organização dos estudos. A Corte percebeu rapidamente que tais estudos eram o vir a ser; a opção concreta que o momento oferecia para o acompanhamento da evolução social, política e cultura que a Europa respirava. Seguindo tal discurso, vale destacar a modernidade jesuítica, sintonizada em partes com o Humanismo literário que emergia. Queremos com isso dizer que as Humanidades, ligadas a visão jesuítica, negavam a intenção maior do período renascentista, que era o da autonomia do homem, que andava ao lado do incipiente, mas promissor, desenvolvimento da ciência, se constituindo firmemente sob os auspícios de autoridade (Escrituras, Magistério Pontifício, Teólogos, Rei, etc). O universo da gramática atuava com os rigores das regras sistematizadas e se ordenava como o fiel escudeiro de uma visão de leitura do mundo social que estava em seus horizontes. A chamada ortodoxia jesuítica estava em franca e direta relação com os moldes da Inquisição, favorecendo com grande zelo a retaguarda de uma imobilidade do pensamento e da ordem social reinante na Corte frente a seus reinos. Um quarto viés pouco mencionado, mas que nos propomos observar, diz respeito à chamada racionalidade jesuítica, presenciada no rigor da forma escolástica, mais atenta à análise das partes do que a apreensão e compreensão do todo, mais individualista do que universal sintonizada com as demandas do comércio mercantilista, de cunho estratégico, calculista, contábil e individualista e, indo além, com a racionalização de todo um cunho legal e social, determinando a fiel secularização do Estado.

Depois de refletirmos sobre a preferência da educação jesuítica pela Corte de El-rei, retornamos ao seguinte ponto: qual o real sentido de atuação da educação jesuítica no Brasil do século XVI? Antes de tudo, como era o Brasil em sua esfera quinhentista? Para respondermos a tais questionamentos teremos por base a vila de São Paulo do Campo, nos limites da mais referencial capitania do Brasil na época, São Vicente.

Em seu início, não houve uma grande preocupação em atrair colonos e demais povoadores para o planalto do continente, sendo basicamente a Companhia de

Jesus que viabilizou certa estabilidade e continuidade do núcleo povoador (MARCILIO, 2004: 250), com o Colégio tendo a sua atuação referencial. Além disso, a população era tida como um ponto importante na estratégia do império, pois era concebida como uma vila de entroncamento, na porta de entrada e saída das duas coroas (THEODORO & RUIZ, 2004: 98).

Os primeiros dizeres com relação ao número de moradores na pequena vila vêm das Atas da Câmara, por volta do ano de 1580, com “*cem moradores*” (A1, 23.05.1584: 237). Fernão Cardim, jesuíta português do período, no ano de 1583, afirmava que a vila “*terá 120 vizinhos, com muita escravaria da terra, não tem cura, nem outro sacerdote senão os da Companhia*” (CARDIM, 1939: 314). Um ano mais tarde (1584), as próprias Atas voltam a apontar um total de “*cem moradores*” (A1, 23.05.1584: 237). José de Anchieta se volta para o mesmo número de CARDIM, em 1585: “*terá 120 fogos⁴ de Portugueses*” (ANCHIETA, 1933: 423).

Com vistas a tal paralelismo apresentado por Cardim, notamos que a população de Piratininga vai tomando certa proporção em relação às demais e, em 1589 (AI, 01.05.1589), havia aumentado “*o número de casas e moradores*” (MARCILIO, 2004: 251). Com isso, a Câmara informava que já existia, no ano de 1591, por volta de “*150 moradores*” (A1 01.01.1591: 440/441), “*aumentando assim de gente como de rendimentos dos dízimos e direitos de sua majestade*”. No ano de 1606, essa quantia vai para “*190 moradores*” (A2: 500, 13.01.1606), com certa proporção de “*65 homisiados*”⁵ (A1 13.01.1606: 500), e no ano de 1637 (R2, 31.12.1637), havia mais de “*600 habitantes*” (R2, 31.12.1637: 4), o que deu força a vila para que se firmasse como lugar de poder Real no Brasil. Tais dados são extraídos, em sua maioria, da documentação expedida pela Câmara da vila. Haveria também um outro dado, de acordo com o Padre MONTROYA (1639, v 5), de algo em torno de 1.500 habitantes em 1640. Isso nos deixa entrever um crescimento demográfico de certa importância, o qual deve ser observado quanto ao seu aspecto social uma vez que diz respeito ao fazer-se paulista nos séculos XVI e XVII, bem como no que São Paulo tende a gerar de interesses ao mundo ibérico. Tais dados nos possibilitam imaginar o que seria a colônia aquela época.

Aliado a tais dados demográficos, que nos ajudam na visualização da época, vamos ao encontro dos meios em que as viagens se faziam pelas navegações ainda incipientes, o notório sentido de isolamento do território frente à metrópole e a real distância que a separava da colônia, o processo comercial envolvendo a localidade, o difícil manejo da mão de obra escrava e os temores da guerra.

Dois anos após a fusão das vilas de Santo André da Borda do Campo e de São Paulo do Campo, as Atas vêm a nos dizer que: “*requereu o procurador do conselho que se acabassem os muros e baluartes*”, serviço dividido entre vários moradores que acompanhados de “*seus (índios) acabaram de fazer e cobrir o baluarte que esta atrás da casa que mora João Luiz*”(AI, 05/11/1562: 16). A construção, como se pode notar da leitura dessa ata, deve ter tido seu início por volta de 1560, prosseguindo até 1563, pois já em reunião do Concelho da Câmara em fevereiro, resolveram “*(...) na dita câmara pelo procurador do conselho Salvador Pires que mandassem suas mercês cobrir a guarita que estava para trás do muro e mais acabar e cobrir as cercas e o que fosse necessário (...)*” (AI, 1/02/1563: 21). Eram também necessários homens para a defesa, pois “*(...) estávamos esperando por guerra (...)*”(AI, 1/02/1563: 22), e manter a vila protegida era importante, sendo preciso ou reformar ou “*(...) reparar (AI,10/07/1563: 26) “(...) – “... os muros desta vila,” (AII, 23.06.1590: 402).*

O estado de alerta se fazia constante, com toda a vigilância possível, sendo que “... *todo morador desta vila estivesse prestes com suas armas e mantimentos, para que, sendo necessário, acudam com diligência; e que se levantem os muros da vila cada um o que lhe couber em seus chãos, e que outrossim estivessem nesta vila cada semana dez homens com o juiz ...*” (AII, 17.03.1590: 390. Um outro ponto era não esquecer jamais, ao prestar tal segurança, de “... *alevar uma guarita que está sobre a digo porta grande e reparar as cercas...*” (AI, 01.02.1564: 38). Tudo tinha que ser bem observado, pois poderia dar meio dos gentios adentrarem na fortificação e espaços da vila através das residências onde certas pessoas “(...) *tinham chiqueiros de porcos e casas para eles arrimados aos muros desta vila que era grande prejuízo para que sucedendo alguma guerra pelos ditos chiqueiros podiam subir os contrários (...)*” (AI, 04/02/1575: 63).

As moradias eram feitas de taipas rústicas, cobertas de sapé, tendo em cada porta de entrada, por detrás, uma guarita ou até “(...) *um forte e tranqueira (...)*” (AII, 11/04/1590), abrigo donde uma sentinela pudesse (...) vigiar o caminho do campo por causa dos gentios (AII, 12/02/1594). Os moradores viam também da necessidade de que nesta vila se mandasse por “*guarda e defesa*” (AII, 31.03.1590: 392), sendo que tudo isso se tornava opressor para os habitantes que aqui estavam. Tal situação gerava um estado de intranquilidade, fazendo com que sentissem uma “grande opressão” em “*haver vigia*”, pois que viviam em permanente estado de guerra, fazendo com que os homens, indo à luta, ficassem as “*mulheres*” (AI, 14.05.1586: 297), e crianças a cuidar da vila junto a alguns vigias.

porquanto a terra estava de guerra e se temia que havia gente no Paraíba e Guarimimis e os índios do sertão e que, porquanto, a gente era muita e quando havia rebate de guerra, as mulheres e filhos dos homens que vivem fora nos arrabaldes e dos que estavam ausentes, se recolhiam ao alpendre da igreja e andavam desagasalhados, no que era muito aperto e desinquietação ... (AI, 16.02.1591: 415)

Cabe aqui enfatizar as ameaças de toda sorte que ocorriam em terras da metrópole e que eram difíceis de imaginar. Eram as vivências das condições da colônia que as criavam: o viver cotidiano era diverso, os meios de produção da vida eram de difícil aprendizagem e a dificuldade era uma presença constante para eles. O homem da vila de Piratininga se deparava com a questão da defesa, da alimentação, do transporte, da habitação, de doenças, do clima, etc., sendo que a mesma estrutura de organização social, política e religiosa das terras de além-mar aqui se faziam presentes. Foi nesse trajeto difícil que o homem elaborou, no seu cotidiano, a aprendizagem do modo de viver, do como continuar o trabalho de uma vida, de um recomeçar a viver-aprender. A luta diária pela sobrevivência era um fenômeno interior e singular da vida de cada um, os princípios se relativizavam no aprender a ser um homem social, dotado de dimensões próprias de caminhada (BRANDÃO, 1989: 13).

Era nessa vivência de difícil adaptação que o aprender a ser moldava personagens que tinham voz e vez. Um aprender em que o homem, vivendo pelo trabalho e pela consciência em plena natureza, fez do fenômeno vida invenção. Com o tempo, ele aprendeu a tecer seu próprio modelo e a transformar, de acordo com suas necessidades, situações emergentes, resultando tudo isto numa aprendizagem contínua da sua forma de ser. A nossa intenção é mostrar o olhar direto veiculado pelo testemunho documental, sem

intermediários, que o homem dá de si mesmo, narrar suas histórias, mostrando os métodos e meios que utilizaram para sobreviver em um mundo inóspito e diferente do cotidiano europeu, para se fazerem culturalmente da terra.

Na vila de São Paulo, uma das formas de sobrevivência se fez com cooptação ou alianças, que se resumem em sagacidade. Com isso, a vivência transformou-se em lutas, certezas, vitórias e, também, queixas, brigas, revoltas, críticas ao poder institucionalizado, sempre a lembrar a tradição e a singular hierarquia.

Diante disso, obtemos uma compreensão maior de certos procedimentos adotados, principalmente no que tange à execução e castigos 4. De acordo com as normas régias, ou das que constam nas Ordenações, cada capitão vem a ser um soberano em terras de além-mar, tal a distância de localização envolvendo a colônia e a metrópole e a real ameaça à vida.

o procurador do conselho tinha por informação que Antônio Raposo, sob calor de ir buscar suas peças, tinha licença para ir a Ibitirapoa e tinha comunicado que se ia. (Mas isto) era contra o bem comum da terra ninguém fosse ao sertão sem licença do Sr. Capitão ... (A1, 20.05.1595: 505)

É sob tais estigmas e em torno deles que se constituía toda uma vida social e política da colônia, resultando num *modus vivendi* ditado sob a forma de comportamentos, valores e costumes.

Com isso vemos que o capitão se torna o homem do dia-a-dia, do existir, da presença forte em variados campos nos quais se expressa o viver cotidiano: seja no que se refere a alimentação, a defesa, ao trabalho, a moral social, as relações ditas sociais, a organização e tudo mais que o cercava. A dependência de muitos a ele acaba gerando certas atitudes de submissão e passividade.

Acordaram os ditos oficiais e mais pessoas que lhe parecia bem a todos não haver juiz dos índios por razão de o regimento de Sua Majestade não dar juiz senão aos índios que os Reverendos Padres descereem novamente do sertão; que os índios que ora há na terra são moradores e povoadores da terra... E, portanto lhes parecia bem que os índios estejam debaixo do capitão da terra e juízes ordinários dela, para lhe fazerem justiça nos agravos que lhe fizerem, pois até agora assim estiveram e é uso e costume estarem desta maneira... e estar esta terra de posse disto há mais de quarenta anos (A2, 16.01.1600: 70).

Depois de focalizarmos o homem da colônia, na vila de São Paulo do Campo, voltamos nossa atenção à educação, colocando as seguintes perguntas: Como ensinar latim aos descendentes desta terra, desse povo, dessa maneira e forma de ser e existir? De que modo vem a conviver os homens da terra, os desbravadores, moradores locais, guerreiros, com as letras e o mundo dos letrados, cânones e toda uma organização social, hierárquica, que se molda com a fortaleza da religiosidade? Pudemos constatar que os homens principais que estão nos engenhos, em seus latifúndios, enviavam seus filhos para estudar nos Colégios (LEITE, 1938: 82), os quais eram abertos aos jovens, de cunho público e gratuito, sendo que a Coroa subsidiava a sua existência. Há ainda uma outra questão relativa a esse quadro, ou seja, o que eles estudam, ou tendem a estudar de

matérias na época? Segundo o *Ratio Studiorum* “*divide o curso de Letras Humanas em três grandes secções, Retórica, Humanidades e Gramática*” (LEITE, 1938: 72), e o ensino primordial de latim. Podemos dizer que os estudos envolviam os pontos mestres da arte da oratória, erudição, história e costumes dos povos (civilização), os elementos geométricos de Euclides, Geografia e Esfera. Com isso, o básico da formação de leitores no Colégio tinha por caminho as leituras das Letras Humanas dos “*clássicos, desde Ovídio a Horácio, e desde Demóstenes a Homero. Mas os mestres de estilo, mais recomendados pelo Ratio, eram Cícero e Virgílio*” (LEITE, 1938: 75). Segundo se conta o “*Grego não se estudou no Brasil, no século XVI. Em compensação, havia o que os Padres classificavam pitorescamente de grega da terra, que era a língua dos índios. E dela fez-se Gramática e ensinou-se no Colégio*” (LEITE, 1938: 75).

O COLÉGIO E SUA REAL REPRESENTAÇÃO.

O que eram, propriamente, os Colégios em terras coloniais, mais especificamente no Brasil? Devido ao que já foi visto e observado pelo meio e contexto vivido, os Colégios pareciam viver ilhas de cultura, ou seja, um universo fora de ordem para o mundo o qual se constituía.

Então, o que podemos entender aqui, neste caso, por representação? Roger CHARTIER defende a investigação das *representações* como caminho para a renovação da história das mentalidades ou da História Cultural, como prefere denominar CHARTIER ao mencionar este viés historiográfico como aquele que teria por objetivo “*identificar o modo como em diversos lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler*” (1991: 16/17). Ele propõe uma abordagem peculiar do campo social que tomaria forma pelo viés do cultural. Dessa maneira, podemos dizer que o cultural seria visto como o elo entre os diversos sistemas simbólicos de uma sociedade historicamente identificada, cujos produtos e práticas sociais seriam encarados como sistemas de signos ou de representações, em que se poderiam compreender tanto os aspectos comunicacionais dos fatos tomados como objetos de atenção, no sentido de repertórios culturais dominados e postos em funcionamento efetivo, em graus variáveis, por formações sociais afins, quanto à formação dos aspectos de dominação consensual histórico e simbolicamente construída, aceita como verdadeira e conseqüentemente naturalizada.

A chave para entendermos a cultura é estarmos dispostos a compreender, a partir dos bens culturais, como determinadas formações sociais, em suas práticas efetivas, forneceram suas identidades e suas diferenças, tanto de uma forma deliberada e ostensiva quanto de uma maneira não-consciente. É nesse sentido que CHARTIER nos aponta que “*os grupos modelam deles próprios ou dos outros, (...) a história cultural que pode regressar utilmente ao social, já que faz incidir a sua atenção sobre as estratégias que determinam posições e relações e que atribuem a cada classe, grupo ou meio um ‘ser-apreendido’ constitutivo da sua identidade*” (1991: 23).

Contudo, o que se via na vila de São Paulo do Campo era algo basicamente natural para a visão da época e suas próprias representações, pois aí coabitava a força da tradição numa sociedade que se via necessitada dos homens das letras para dar prosseguimento a uma cultura. Em São Paulo, de início, o Colégio representou tudo: fortaleza, hospital, botica, fórum político, cemitério, templo de conselhos, escola, serraria, carpintaria. (BARROS, s/d: 140). O Colégio representava o lado singular e um dos pilares da vida do povo da localidade tanto em termos materiais como espirituais.

Para a Corte, o que se fazia em Portugal deveria ser repetido na colônia. Contudo, colônia e Metrópole se diferenciavam na essência de seus propósitos. Aqui não havia uma Corte, mas basicamente colonos e soldados. Como, então, coexistiam o Colégio e o meio social colonial, aqui visto basicamente como a vida na vila de São Paulo do Campo? Podemos dizer que o Colégio reproduzia, na colônia, o universo português. Em outras palavras, os “mundos” estavam fora de lugar, pois o conteúdo, a maneira de ser pedagógica em nada diferia.

A noção de poder e força do Colégio como um órgão maior estava presente na vida dos que possuíam poder e força na região. Segundo o padre Serafim Leite,

Embora os jesuítas recebessem o subsídio da Coroa portuguesa, para seu sustento, alguns vassallos de El-Rei faziam dotações para construção do edifício do Colégio. Dois portugueses de São Paulo pretendiam as honras inerentes ao título de “fundado” ou benfeitor do estabelecimento de ensino: São: Amador Bueno da Veiga e o Dr. Guilherme Pompeu de Almeida. (LEITE, 1948: 395)

A força do Colégio em Piratininga se fez notar quando, no ano de 1631, apareceu como “collegium inchoatum”, isto é, denotando ter a real força e categoria. A partir deste momento concretizou o sentido de uma personalidade propriamente jurídica, “independente do Colégio do Rio de Janeiro, ao qual estava até então subordinado” (LEITE, 1948: 398)

Os Colégios possuíam teólogos e letrados os quais elaboravam conceitos e idéias de definição e interpretação religiosa dos meios por eles vividos em face ao novo. De formação jesuítica feita no Colégio da Companhia, os teólogos e letrados tinham por norte toda a alma de uma religião cristã e católica marcando sua educação, seguindo todo um tramite do vir a ser, de acordo com a tradição cultural portuguesa. Eram eles, a cada dia, que se manifestavam sobre o parecer das novas práticas sociais por eles mesmos encontradas. O que ficava lógico era a dimensão de princípios e interesses se interligando fortemente. A Corte e o Colégio possuíam a mesma sintonia de dominação, cultura e poder.

Reuniu-se, em São Vicente, os oficiais (5) da câmara de São Vicente, mais o capitão e outras pessoas do governo, mais o provincial Francisco Gonçalves, o reitor do colégio de São Miguel da vila de Santos, o reitor do colégio da vila de São Paulo, mais um padre jesuíta. Além deles, representando São Paulo, o padre visitador destas capitâneas e vigário paroquial da igreja da vila de São Paulo, capitão, procuradores e moradores (R2 14.05.1653)

Os Colégios iam, nesse sentido, criando um corpo que os identificava com uma estrutura administrativa, em que tal espaço delineava a própria forma de ser e se organizar da Companhia de Jesus. Isso dava a instituição um modo de ser que não era meramente de ensino, pois que ia além de um simples local de práticas pedagógicas. Sob a sua “estrutura” se pautava todo um complexo a ele convergido de fazendas, casas, reduções, igrejas, seminários, criações.

Isso só se tornou possível graças às condições dadas pela presença do Visitador Inácio de Azevedo, que em seu relatório de visita, de julho de 1568 (Leite, 1960), deixou bem claro o que se deveriam esperar das esmolas reais. Por outro lado, caso essas não fossem suficientes, se poderia até aceitar outros tipos de esmolas (CELIO, 2004)

ou mesmo ter fazendas, escravos etc. – “como de fazer rocas, criar gado e ter pescador e escravos” (LEITE, 1960: 484) -, tudo isso de acordo com a notória assinatura do Provincial.

O Colégio, nos primórdios da vila, emergia como eixo principal de uma vida social. Era ele que acolhia “o povo nas ocasiões de calamidade publica; a par disso, também no Colégio, buscava o povo, nervosamente, a proteção, quando grassava qualquer epidemia” (BARROS, s/d: 141).

Nos anos de 1575 e 1583, eram apregoados certos assuntos importantes da câmara paulista na Igreja do Colégio, pois era o melhor local a serem expostos para as posteriores discussões.

(...) as portas da igreja desta vila de São Paulo o sair da missa estarão junto a maior parte do povo desta vila e p(r) frz p@tr(o) deste conselho foi lançado pregão em altas vozes em que apregoava o que os senhores vereadores tinham mandado para termos fazer no livro da câmara e de como o fez e apregoou o assinou aqui e eu frutuoso da cosa tabelião que o escrevi (...)(A2 04/04/1575)

(...) almotacel andrés de burgos foi mandado pelo porteiro por fazer do conselho que apregoasse todas posturas da câmara contidas neste livro atrás escritas as quais foram apregoadas ao sair da gente da igreja como e costume o que assinou aqui o dito porteiro eu Jerônimo Maciel escrivão da câmara (...)(A2, 01/12/1583)

Era, portanto, o local adequado para as reuniões destinadas as discussões de certos assuntos relativos não apenas a parte religiosa, bem como de cunho civil e municipal. Isso delega uma importância notória da parte religiosa como eixo acolhedor e ao mesmo tempo, um teor de poder e administração na vila.

Termo de concerto e amigável composição que fizeram os oficiais da Câmara e religiosos prelados dos mosteiros desta vila com a nobreza dela sobre José Ortiz de Camargo vir feito ouvidor desta capitania etc. (393) Reunião no colégio. Presença dos prelados: o Visitador Simão de Vasconcelos, o Dom Abade o.s.b., o prior do convento de N.S.do Carmo, o guardião da Ordem de S.Francisco, os oficiais da Câmara, o capitão-mor, o padre ouvidor da vara eclesiástica, visitador desta capitania, o vigário,... E com muitas pessoas nobres do governo desta vila... Estavam inquietos com a vinda do novo ouvidor: medo de mudanças. Ele exerceria suas funções conforme seu regimento, com condição que não usará nem executará papel ou ordem alguma, que da Bahia trouxesse ou lhe venha de novo, até a vinda do dito sindicante... (R2 09.02.1654: 393-395).

Após as desavenças ocorridas devido a expulsão dos padres da companhia no ano de 1633, as desculpas se fizeram pertinentes e a graça de restauro e importância do colégio como ponto central da vila fala em tais letras. Os procuradores paulistas prometeram ajuda voluntária conforme sua devoção para a reforma do colégio, sem que desta promessa e oferecimento nasça obrigação alguma. Este acordo deveria ser confirmado pelo rei e

pelo Geral, para garantir o futuro... (371-375) [A carta do Geral, de 26.10.1658, se acha às pp. 553-554.]

Ao Rei, os oficiais da Câmara de São Paulo dizem:

Com a restituição dos rev. padres da Companhia a esta vila de São Paulo, donde foram expulsados, era cousa em que debatia há tantos anos com não pequena inquietação deste povo, por falta de justiça, nos pareceu ... devíamos fazer aviso a Sua Majestade ... e, assentando com os ditos padres um conchavo e composição amigável de concertos que pareceram necessários para quietação total das desconfianças passadas, os tornamos a restituir ao seu colégio e a meter de posse de tudo o que se achou ser seu neste distrito, com grande alegria e aplauso geral de todo este povo ... (20/08/1633:376)

Com isso, o religioso passou a se manifestar culturalmente não apenas no imediato religioso da vida, mas também no mundo que o cercava, seja no jurídico, ético, moral, econômico ou administrativo. A educação perpassava as entranhas do Colégio e do mundo que o habitava para marcar rumos de domínio e poder assim expressos. É, portanto, nesse sentido que a noção de representação, que buscamos desde o início, agora se estabelece.

Nosso artigo não objetiva tão somente uma discussão do caráter estritamente pedagógico da Companhia de Jesus, focalizado em seu documento de instrução e diretrizes pedagógicas denominado Ratio Studiorum, mas também se preocupa em apresentar o sentido de Colégio e, em seu interior, a compreensão de uma educação que se pauta sob o prisma de uma formação e reprodução não apenas de sua qualidade teológica-espiritual, mas que a transcende alcançando o crivo do cultural em que tal ambiente se manifesta. Os Colégios, com isso, se concretizam como meio de propagação da cultura da corte ocidental cristã, trazendo com ela sua alma de organização e hierarquia fundante.

Com isso queremos dizer que a educação a que nos referimos neste artigo não esta apenas implantada num Ratio Studiorum ou quaisquer outros planos pedagógicos. O Colégio se qualifica não só como uma ilha cultural, mas também como um local de produção de valores ali inseridos, como uma caixa de pandora. Os Colégios jesuíticos são em si “centros fundamentais da organização interna, como centros promovedores e propagadores da cultura correspondente e, como centros formadores do espírito jesuítico” (CELIO, 2004: 213)

Gostaríamos de salientar, ainda, que o fenômeno da expansão marítima portuguesa teve como ponto principal de seu arranque nada mais que a presença dominante das atividades comerciais, nela se instaurando um quesito denominado de monopólio das rotas comerciais. Acredita-se que uma clara conseqüência de tal processo de expansão comercial e de todo seu cunho político (Coroa), seja a expansão do legado da fé. Podemos dizer que sem a espada, a cruz não teria como penetrar em novo âmbito de poder e conquista, pois ambos são poderes e conquista.

Num exemplo da relação cruz/espada, temos a escrita do Padre Manuel da Nóbrega, em 30 de agosto de 1553. Nela, o discurso da conversão a fé cristã em curso em novas terras.

Ontem, que foi dia da Degolação de S.João Baptista, vindo a uma aldeia, onde se ajuntaram novamente e apartam os que se convertem, e onde pus dois irmãos para os doutrinar, fiz solenemente uns 50 catecúmenos, dos

quais tenho boa esperança de que serão bons cristãos e merecerão o baptismo e será mostrada por obras a fé que recebem agora.(LEITE,1941: 271)

Convêm também detalhar que a racionalidade mercantil, comercial começa a dar certo contorno ao âmago da expansão religiosa bem como um tom propício as suas tarefas nas novas terras conquistadas pela política da Coroa. Dessa feita, a educação jesuítica presa a uma concepção clássica e possuindo a sua feição, um Colégio como aporte administrativo e toda uma derivação de tarefas não obrigatoriamente ligadas a esfera da educação, se ligam em muito ao âmbito do cálculo e da contabilidade em vários setores do mundo jesuítico e tudo que se cria ao seu redor como uma inovadora e essencial necessidade.

O primeiro estabelecimento de ensino fundado por Manoel da Nóbrega, primeiro Secretário da Educação do Estado do Brasil, em nome de D.João III, o Rei Humanista, foi o Real Colégio da Bahia. Em 1 de janeiro de 1551, D.João III escreve a Tome de Sousa, Governador Geral, para recomendar-lhe: “Nessa Capitania do Brasil andam alguns padres e irmãos da Companhia de Jesus, os quais folgarei, que sejam providos do que lhe for necessário, assim para seu mantimento (subsídio), como para seu vestido (roupa): encomendo-vos e mando-vos que lhes façais dar tudo o que para estas ditas cousas houverem mister ...”. (211) Por isso mesmo, em carta de Almeirim, 17 de fevereiro de 1551, o Padre Pero Domenech escreve ao Padre Inácio de Loyola, em Roma, dizendo: “Agora el Rey (D.Joao III) lês manda vestidos, y camisas, y todo lo que piden: este Príncipe (D.Joao III) es tan bendito, que es padre de todos”. El-Rei manda fornecer tudo, não só aos jesuítas, mas também as crianças órfãs pedidas por Nóbrega e enviadas de Lisboa, para serem educadas em companhia dos indiosinhos. E mandava livros escolares para esses alunos do Real Colégio de Meninos de Jesus na Bahia.¹

El-rei D.João III, em carta a D. Duarte da Costa, segundo Governador Geral do Estado do Brasil, província portuguesa ultramarina, escreveu:

D. Duarte da Costa, Amigo: Eu El-rei vos envio muito saudar. O fruto que os Padres de Jesus com sua doutrina, virtude e bom exemplo fazem em toda coisa do servido de nosso senhor e salvação das almas e tão grande, que se deve estimar, granjear e favorecer sua Companhia (de Jesus) e conservação, e porque os que estão nessas partes, tenho entendido que vão obrando e obram os mesmos efeitos, pareceu-me devida coisa encomendar-vos-lo muito, posto que tenha por muito certo, que tereis disso muito grande cuidado, por ser coisa de tal qualidade e de tanto meu contentamento; pelo que vos encomendo muito, que assim o façais, e que vos, com o Bispo trabalheis de fazer nessa cidade algum modo de Colégio, conforme ao desta cidade (Lisboa) que os Padres da Companhia (de Jesus) tem em Santo Antão, porque disse se pode seguir algum grande serviço de Nosso Senhor, para essas partes; e, que nisto fizerdes, me escrevereis. E, porque eles se queixam de lhes não ser inteiramente pago o que para suas despesas lhe tenho ordenado, receberei muito contentamento proverdes como se lhe faça disso o melhor pagamento, que puder ser. Escrita em Lisboa. Manoel de Aguiar a fez em 21 dias do mês de março ou novembro de 1554. a qual carta era assinada por sua alteza (D. João III) e selada com o sinete de suas armas. E eu, Sebastião Alves,

¹ Monumenta Brasiliae (1538-1553). Edição de Serafim Leite.

escrivão da Fazenda do dito Senhor e a trasladei aqui fielmente por mando do Senhor Governador D. Duarte da Costa e lhe tornei a própria hoje 20 de agosto de 1556 – Sebastião Alves (LEITE, 1941: pp.36-37, tomo 1).

Jaime Cortesão faz um breve comentário a respeito das forças reinantes na localidade. Nelas, o Colégio tinha a sua dimensão compartilhada, exprimindo-a ao lado da Coroa. A situação pela qual a cultura da formação ideológica perpassava as duas bases principais da vila em sua formação social unia a fé e a espada.

Mas agora a vila estava definitivamente erguida sobre as suas paredes mestras: a Casa dos jesuítas e a casa do Concelho. Todavia, pelas origens e tendências, Colégio e Câmara foram os dois termos de uma antítese. O primeiro, que tinha a obediência por santidade e virtude máxima da Ordem, representava o princípio da autoridade em nome de Deus e da rígida observância da moral católica, tanto mais que montara cátedra de humanidades, alta e civilizadora disciplina em todos os sentidos. O segundo, que encarnava os direitos e liberdades individuais e os interesses do comum, defendia consciente ou inconscientemente um sentido de vida oposto, afirmando o primado da jurisdição civil sobre a eclesiástica e, como conseqüência, a adaptação da ética as necessidades sociais e econômicas locais e aos livres instinto despertados pela vida épica nas selvas. (CORTESAO, 1955:234)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A representação do sentido mais profundo de Colégio aparece aqui com evidência e clareza em tais discursos. Ele era um desses veículos de transmissão e assimilação da cultura portuguesa do século XVI. A sua presença fora de vital importância para que a educação, a fé e o Império se combinassem na esfera do domínio e do poder tanto na colônia como na Corte. A essência de uma tradição, de uma cultura seria imaculada caso o discurso da formação jesuítica vingasse nas novas práticas da vida cotidiana do homem moderno, e o Colégio, seria esse veículo em seus vários sentidos de Ser Colégio.

BIBLIOGRAFIA

a) FONTES PRIMÁRIAS

ATAS DA CÂMARA da Villa de São Paulo. Archivo Municipal de S.Paulo. São Paulo: Duprat & Companhia, 1914.

REGISTRO GERAL da Câmara Municipal de São Paulo. Archivo Municipal de S.Paulo. São Paulo, 1917 (t. I e II)

CARTAS JESUÍTICAS. (1549-1594) Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1988, 3 vols. [vol I: Nóbrega, *Cartas do Brasil*; vol II: Azpielueta Navarro et al. *Cartas Avulsas*; vol III: Anchieta, *Cartas, Informações, Fragmentos históricos e Sermões.*]

CARDIM, Fernão. (1590) *Informação da missão do Pe. Christóvão Gouvêa às partes do Brasil – Ano de 83*. In: _____ *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1980. pp.141-198.

CARTA de Pedro De Góis (1546) escrita da Vila da Rainha a D. João III. Apud DIAS, Carlos Malheiros. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Porto: Litografia Nacional, 1924, p. 263.

CARTA do Bispo de Salvador (1552, abril) Apud DIAS, Carlos Malheiros. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Porto: Litografia Nacional, 1924, p. 363.

MONUMENTA BRASILIAE. LEITE, Serafim (org). Volume I (1538-1553). Roma: A Patribus Eiusdem Societatis Edita 1956. Monumenta Historica Societatis Iesu, v. 79; Monumenta Missionum Societatis Iesu, v. X; Missiones Occidentales.

REGIMENTO de Tomé de Sousa (1548) Apud DIAS, Carlos Malheiros. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Porto: Litografia Nacional, 1924, pp. 345-350.

b) BIBLIOGRAFIA GERAL

ALBUQUERQUE, Luis de. *Dicionário de História de Portugal*. Serrão, Joel (Dir.), 6 vols. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1979.

AMBIRES, J.D. *Os jesuítas e a administração dos índios por particulares em São Paulo no último quartel do século XVII*. São Paulo, USP, Agosto de 2000.

BRANDAO, Carlos Rodrigues *O que é educação*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural - entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1991.

CORTESAO, Jaime. *A fundação de São Paulo, capital geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1955.

COSTA, Célio Juvenal. *A racionalidade Jesuítica em tempos de arredondamento do mundo: o Império Português (1540-1599)*. Tese de doutoramento. Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 2004.

DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette*. São Paulo: Cia. das Letras, 1980.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Kooga, 1989.

HESAPANHA E XAVIER. *A representação da sociedade e do poder*. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal – O Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil. Tomo I (séc. XVI – O estabelecimento)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938/Lisboa: Livraria Portuguesa, 1938.

MACEDO, J. B. de *Para o Estudo da Mentalidade Portuguesa do século XVI — Uma Ideologia de Cortesão*. Revista ICALP, vols. 7 e 8, Março-Junho de 1987, 73-106.

MARCILIO, M. L. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836)*. São Paulo: Edusp-Hucitec, 2000.

MARTINS, Oliveira *História de Portugal*. 3ª ed. emendada. - Lisboa: Viúva Bertrand, 1882. - 2 v.

MEIHY, J. C. S. B. *Os Jesuítas*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.

MONTOYA, Antonio Ruiz de. *Relacion de los remédios eficazes e tan encarcerada chaga*. 5v, Madrid (), John Carter Brown Library, 1639.

NEVES, L.F.B *O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios: Colonialismo e Repressão Cultural*. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

PAIVA, J.M. *Catequese e Colonização*. São Paulo: Cortez, 1982.

RAMINELLI, R. O Império da fé: Ensaio sobre os portugueses no Congo, Brasil e Japão. In: *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVII)*. FRAGOSO, João; BICALHO, Fernanda & GOUVEIA, Maria de Fátima (orgs). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Trad: Bárbara Sette. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SERRA, Vicente D. *Asi se hizo américa*, Madrid, 1955

TAUNAY, A. E. *São Paulo nos primeiros anos: ensaio de reconstituição social. São Paulo no século XVI: história da vila de Piratininga*. (coord.) Paula Porta. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

THEODORO, J. & RUIZ, R. São Paulo, de vila a Cidade: a fundação, o poder público e a vida privada. In: *Historia da cidade de São Paulo*, v.1: a cidade colonial. São Paulo, Paz e terra, 2004.

¹ Professor Doutor: UNAR (Araras); FIEL (Faculdade Einstein de Limeira).

² SAHLINS, Marshall. (1990: 63), numa forma de mostrar como a história é ordenada culturalmente de maneiras diferentes nas diversas sociedades, vemos que existe possibilidade de relatar a estrutura social portuguesa quinhentista. Diz ele que “a história seja muito mais que os feitos dos grandes homens. Ela é sempre e em todo o lugar a vida das comunidades, mas precisamente nessas nações heróicas orei e a condição de possibilidade de existência da comunidade”.

³ Código referente às Atas e Registros da Câmara da vila de São Paulo do Campo e seus respectivos volumes: AI, A2, A3, R1, R2, R3.

⁴ Esse termo também pode ser considerado aqui como residência de uma família; lar, casa (dicionário FERREIRA, A. B. H , 1986: 792)

⁵ Para TAUNAY (2003: 452) tal expressão vem a significar em seus estudos sobre São Paulo, os escondidos e refugiados da justiça, que para essas localidades se deslocavam como colonos.